INFRAESTRUTURA

Anac marca leilão para o JK

Edital que autoriza novo contrato na concessão do aeroporto prevê a alienação de todas as ações da Inframerica no terminal

» RAPHAEL PATI

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, ontem, o termo aditivo que estabelece um novo leilão da concessão do Aeroporto Internacional de Brasília Juscelino Kubitschek. O processo prevê a alienação de todas as ações da Inframerica, que ainda administra o terminal, além de ainda dar continuidade à solução consensual construída no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU).

Diante disso, a expectativa é que o certame ocorra em 17 de dezembro de 2026, na sede da B3, em São Paulo. Os interessados devem apresentar os documentos necessários e formalizar propostas entre os dias 9 e 10 de dezembro, de forma on-line ou presencial. Atualmente, a Inframerica detém 51% do capital social do aeroporto, enquanto a Infraero – empresa estatal que antigamente administrava o terminal em sua totalidade – responde por 49% desses ativos.

Por ser a atual concessionária, a Inframerica tem a obrigação de participar do novo leilão. O certame deve possibilitar à nova concessionária, seja ela qual for, 100% das operações. De acordo com a Anac, a medida tem o objetivo de "restabelecer a sustentabilidade econômico-financeira da concessão", além de atrair novos investimentos para o aeroporto, considerado o principal hub de voos nacionais do país, com rotas que integram Brasília a todas as capitais da federação.

No novo contrato de concessão, devem ser incluídas obrigações de investimento e operação em dez aeroportos regionais: - Juína, Cáceres e Tangará da Serra, em Mato Grosso; Alto Paraíso e São Miguel do Araguaia, em Goiás; Bonito, Dourados e Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul; Ponta Grossa, no Paraná; e Barreiras, na Bahia.

A agência informa, ainda, que o processo concorrencial permitirá que a competição no leilão defina o valor de outorga a ser recebido pelo poder público. A aprovação do edital pela Anac ocorre após o fim de uma consulta pública sobre a mudança na concessão do Aeroporto de Brasília. Ao todo, foram 142 manifestações recebidas, que trataram de temas como modelagem econômica, aeroportos regionais, infraestrutura, indenizações, governança e distribuição de riscos.

Preço

Entre os ajustes definidos na consulta pública, está o preço de compra, que foi definido em R$ 628,8 milhões. De acordo com o novo edital, esse valor será corrigido diariamente pela taxa CDI acumulada até o pagamento e será recebido pelos vendedores na proporção de sua participação acionária. O leilão prevê regras mais detalhadas para a compra e transição da concessão, com a revisão de trechos do Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA), além do detalhamento sobre como deve funcionar o comitê responsável por esse processo, em caso de troca de controle do terminal.

Em linha com o Ministério de Portos e Aeroportos, o edital também prevê novos investimentos em Ponta Grossa (PR), especificamente na pista de pouso e decolagem do aeródromo. Além disso, com a inclusão das novas obrigações de investimento e ajuste no valor do Preço de Compra, a alíquota mínima da contribuição variável passou para 5,13%, no edital publicado ontem.

Divulgação

O certame está marcado para 17 de dezembro, na sede da B3, em SP

CB TALKS

Como banir o crime organizado da economia

» RAFAELA BOMFIM*

O crime organizado vem invadindo importantes espaços da economia formal. Sua engrenagem utiliza empresas, serviços e estruturas legais para movimentar dinheiro, ampliar influência e dificultar a ação do poder público.

A mudança impõe um novo desafio às autoridades: além de combater grupos armados e recuperar territórios, é preciso atingir a estrutura financeira que sustenta essas organizações.

A estratégia ganhou novos instrumentos com a Lei nº 15.358/2026, conhecida como Lei Antifacção, que ampliou os mecanismos de enfrentamento às organizações criminosas. Para Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), o principal problema a ser enfrentado está nas brechas que permitem a circulação de recursos entre atividades legais e ilegais. Segundo ele, "quanto mais difícil é cruzar origem, destino, nota fiscal, volume produzido, volume transportado, volume recebido e volume vendido, maior é o espaço para esconder produto irregular".

Setores como transporte, construção, serviços e comércio podem ser explorados para dar aparência legal a recursos obtidos de forma ilícita ou para criar novas fontes de renda para as organizações.

Nos territórios controlados por facções e milícias, a atuação também pode alcançar serviços essenciais, como a exploração ilegal de gás, água e internet. A nova legislação busca atingir essa estrutura por diferentes caminhos. Entre os mecanismos estão medidas de bloqueio e confisco de bens. A proposta é retirar das facções os recursos que permitem financiar novas operações e ampliar sua presença na economia.

Nesse cenário, a integração entre órgãos de segurança, fiscalização e controle financeiro ganha importância.

"Precisamos de orçamento, pessoal, equipamentos e capacidade de investigação", defende Kapaz.

Debate

Na próxima terça-feira, o **Correio Braziliense** recebe, durante o evento *CB Talks*, especialistas e representantes de diferentes setores para discutir o fortalecimento da segurança pública e os desafios para combater a atuação do crime organizado e os impactos econômicos e sociais diante desse cenário. O evento também irá abordar os caminhos para ampliar a integração entre Estado, sociedade e iniciativa privada na segurança pública.

O encontro terá início às 9h30 na sede do jornal e será transmitido ao vivo pelo YouTube. Esta edição do *CB Talks* tem o apoio do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (SindiGás), do Instituto Combustível Legal e do Instituto Livre Mercado.

Foram convidados o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o senador Izalci Lucas (PL-DF), o deputado federal Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), bem como o presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz; o professor da USP e coordenador da Escola de Segurança Pública, Leandro Piquet Carneiro; Robinson Barreirinhas, secretário especial da Receita Federal; e Sérgio Bandeira Melo, presidente do SindiGás.

***Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**